****

**A única luta que se perde é aquela que se abandona. Carlos Marighella[[1]](#footnote-1)**

**Participantes:**

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| **UF** | **Nome Completo** | **Categoria** | **E-mail** | **Telefone** |
| PA | Luis Dantas | Assessoria | ldantas\_sol@hotmail.com | (91) 98126-2740 |
| PA | Maria Juciara de Sousa Neto | Empreendimento | mjseto@yahoo.com.br | (94) 99164-5337 |
| PA | Rosa Maria Alexandre da Silva | Empreendimento | rosamarialexadre@gmail.com | (91) 3711-7649 / (91) 98216-4949 |
| RR | Maria Rayna Cunha Freitas | Empreendimento | rcfmaria@gmail.com | (95) 99126-5001 / (95) 99146-5442 |
| RR | Marineide Peres da Costa | Assessoria | marineideperes@hotmail.com | (95) 99138-4693 / (95) 99175-8359 / (95)98104-7135 |
| AC | Carlos Laran Taborga  | Empreendimento | carlostaborga@hotmail.com | (68) 99981-1394 |
| AC | Maria Andrade da Costa | Empreendimento | mariaandradedacost@gmail.com |  (68) 99977 – 0656 |
| AC | Pedro Raimundo Soares de Souza | Assessoria | pedro.souza@ifac.edu.br | (68) 98112-3842 |
| AM | Terezinha Barbosa | Empreendimento | terezinhafilha@gmail.com | (97) 98124- 1345 (Tim) |
| AM | Tatiane Nascimento Conceição Valente | Empreendimento | tathyvalente@hotmail.com tathy.valente@gmail.com | (92) 98193-0898 (Tim) / (92) 99118- 9489 (Vivo) / (92) 98242-7315 (Tim) / (92) 99370-9612 (Vivo) / (92) 99408-8903 (Vivo) |
| AM | Ronald Nascimento de Seixas | Assessoria | ronaldseixas.am@gmail.com  | (92)9150-7125 (Vivo) / (92) 8383-8239 / (92) 3086-3220 |
| AM | Rosane Silva | Gestão Pública | rosane.silva@mda.gov.br  | (92)99133-4838 |
| AM | Gielyzandra Cruz da Silva | Assessoria | gielyzandra@consuladodamulher.org.br  | (92)99400-1216 |
| AP | Edna Maria Coelho Carvalho | Empreendimento | ednaecosolap@bol.com.br | (96) 98114-7638 (Tim) / (96) 99166-9105 (vivo) / (96) 99166-9105 |
| AP | Maria Sonale Queiroz | Assessoria | sonale.queiroz@bol.com.br, mqueiroz.sonale@gmail.com  | (96) 99975-5139 (Oi) / (96) 98142-1485 (Tim) / (96) 99115-6208 |
| TO | Raquel Pinheiro da Silva | Empreendimento | quelita2007@yahoo.com.br | (63) 98413-4521 (Oi) |
| TO | Eni Tereza da Cunha | Assessoria | eniecosol@gmail.com | (63) 98407-3598 / (63) 99236-2061 / (63) 98136-2308 |
| TO | Célia Maria de Assis | Empreendimento | brupahi@hotmail.com; brupahi@uol.com.br  | (63) 99979-5818 (Vivo) / (63) 98478-4344 (Oi) |
| RO | Andréa Christianne da Silva Mendes | Empreendimento | andreamendes1974@gmail.com |  |
| RO | Jair de Oliveira Chaves | Empreendimento | jachmst@yahoo.com.br |  |
| DF | Daniela Rueda | Secretaria-Executiva | drueda84@gmail.com | (11)97030-7917 |
| DF | Ivanira do Monte | Administrativo | ivaniradomonte@gmail.com | (61) 8150-7420 |

**2. Contatos**

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| **UF** | **Nome Completo** | **Categoria** | **E-mail** | **Telefone** |
| DF | Lara Montenegro | Secretaria-Executiva | lara@fbes.org.br | (61) 8171-0021 |
| DF | Nhanja Ribeiro | Secretaria-Executiva | nhanja@fbess.org.br  | (61) 8273-6911 |

**: a a segunda seralho (AP) como Suplentelid**

**PROGRAMAÇÃO**

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| **Horário** | **02/05/2016** | **03/05/2016** | **04/05/2016** |
| 9h30 – 10h30 | InformesAnálise de Conjuntura (Sustentabilidade e Continuidade da Economia Solidária) | VI Plenária Nacional de Economia Solidária (Orientação Política do Movimento e Proposta de Ações) | Macrorregional Norte *(Eleição da Coordenação Executiva; Conselho Nacional de Economia Solidária – CNES).* |
| 10h30 – 11h | Pausa Para Água/Banheiro | Pausa Para Água/Banheiro |
| 11h – 13h00 | VI Plenária Nacional de Economia Solidária (Orientação Política do Movimento e Proposta de Ações) | Macrorregional Norte *(Eleição da Coordenação Executiva; Conselho Nacional de Economia Solidária – CNES).* |
| 13h00 – 14h | Almoço | Almoço | Almoço |
| 14h – 16h30 | Análise de Conjuntura (Sustentabilidade e Continuidade da Economia Solidária) | VI Plenária Nacional de Economia Solidária (Objetivos e Motivos) | Saída dos Participantes |
| 16h30 – 17h | Pausa Para Café | Pausa Para Água/Banheiro |
| 17h – 19h00 | Debate | VI Plenária Nacional de Economia Solidária (Organicidade)Planos Estaduais de Economia Solidária |
| 18h30 – 20h | Jantar | Jantar |
| Atividade Cultural |

**SUMÁRIO**

1. Informes 08

1.1 Conselho Nacional de Economia Solidária 08

2. Análise de Conjuntura 10

3. VI Plenária Nacional de Economia Solidária (Orientação Política e Ações do Movimento) 19

4. VI Plenária Nacional de Economia Solidária (Objetivos e Motivos) 28

5. VI Plenária Nacional de Economia Solidária (Organicidade do Movimento) 29

5.1 Finalidades do FBES 31

6. Planos Estaduais de Economia Solidária 32

7. Macrorregional Norte 33

7.1 Eleição da Coordenação Executiva 33

7.2 Eleição do Conselho Nacional de Economia Solidária 35

8. Encaminhamentos do Encontro Macrorregional Norte 36

**TABELAS**

Tabela 1 – Resumo da Análise de Conjuntura 11

Tabela 2 – Análise do Documento-Final da V Plenária Nacional de Economia Solidária 21

Tabela 3 - Quadro de Atualização da Região Norte referente aos Planos Estaduais de Economia Solidária 32

**02/05/2016**

**Apresentação dos Participantes**

**Fórum Estadual do Amazonas:** Rosane Pinheiro (MDA / Manaus), Tatiane Valente (Coordenação Executiva do FBES, representante de empreendimento) e Gielyzandra (Coordenadora do Consulado da Mulher) são as recepcionistas do evento. A parte de apoio a Economia Solidária é de apoio do MDA. Sejam bem-vindos a Manaus! Olhem o Rio Negro. A Coordenação Estadual está em processo de reestruturação.

**Célia Maria de Assis**: Membro da Coordenação Executiva do Fórum Brasileiro de Economia Solidária – FBES, representante da Região Norte e integrante do Fórum Estadual do Tocantins. Estamos em processo de reestruturação e articulação do Fórum atualmente. Viemos na expectativa de ver como caminharemos daqui em diante.

**Raquel Pinheiro da Silva:** Integrante do Fórum Estadual do Tocantins, representante de empreendimento rural na Coordenação Nacional do FBES e Mobilizadora Estadual do GT Nacional de Mulheres do FBES. A proposta é que neste momento caminhemos juntos.

**Eni Cunha:** Integrante do Fórum Estadual do Tocantins e representante de assessoria na Coordenação Nacional do FBES.

**Marineide Peres:** Integrante do Fórum Estadual de Roraima e Mobilizadora Estadual do GT Nacional de Mulheres do FBES. Meu desejo é contribuir com este reunião e renascimento da utopia.

**Maria Rayana Cunha Freitas:** Também do Estado de Roraima, moradora de assentamento e integrante do Fórum Estadual de Roraima.

**Maria Andrade da Costa:** Representante de empreendimento rural na Coordenação Nacional do FBES e integrante do Fórum Estadual do Acre.

**Carlos Taborga**: Representante de empreendimento urbano na Coordenação Nacional do FBES e integrante do Fórum Estadual do Acre. Estou na tentativa de permanecer na Ecosol, pois neste momento não sabemos como ficará a questão. Estou aqui para colaborar, participar e estarmos juntos nesta caminhada.

**Andrea Mendes:** Conselheira Nacional de Economia Solidária pela Região Norte e membro da Coordenação Nacional do FBES, além de integrante do Fórum Estadual de Rondônia. No Estado estou em colaboração no projeto do Centro de Formação em Economia Solidária – CFES/Amazônia 1.

**Jair de Oliveira Chaves:** Integrante de empreendimento da agricultura camponesa e membro do Fórum Estadual de Rondônia.

**Maria Juciara de Souza Neto:** Sou de Canaã do Carajás (PA), integrante do Fórum Paraense de Economia Solidária e do Conselho Estadual de Economia Solidária. Sou integrante de empreendimento, através da Associação de Artesanato de Canaã de Carajás.

**Luis Dantas**: Integrante do Fórum Paraense de Economia Solidária, enquanto assessoria. Pelo Estado, estou como articulador do projeto de fundos solidários.

**Rosa Maria Alexandre da Silva:** Integrante do Fórum Paraense de Economia Solidária desde 2008. Passou a integrar a partir do Fórum Social Mundial - FSM/2008 que ocorreu em Belém. Faz parte do Núcleo Agroecológico – NEA.

**Maria Sonale Queiróz:** Integrante do Fórum Estadual do Amapá, educadora do projeto Centro de Formação em Economia Solidária – CFES/Amazônia 2.

**Edna Maria Coelho Carvalho:** Integrante do Fórum Estadual do Amapá, representante da Coordenação Executiva do FBES.

**Ivanira do Monte:** Integrante do Centro de Estudos e Assessoria – CEA.

**Daniela Rueda:** Integrante da Secretaria-Executiva do FBES, mobilizadora Nacional pelo projeto de Fortalecimento Institucional.

**1. Informes:**

**1.1 Conselho Nacional de Economia Solidária**

**Andrea Mendes e Tatiane Valente:** A reunião foi nos dias 28 e 29/04/2016, e teve como pontos de pauta: Plano Nacional de Economia Solidária; Análise de Conjuntura com a presença do Ministro Miguel Rossetto. O Governo está se organizando para uma possível saída, a partir do acatamento do Congresso Nacional pela admissibilidade do impeachment pela Presidenta Dilma Rousself. A grande dificuldade no atual contexto é por conta do Congresso Nacional, que está parado desde o início do ano, e até o momento não andou nenhuma comissão, por conta de Eduardo Cunha que vem colocando obstáculos. Houve uma possibilidade de Reforma Politica, a partir do início de mandato da Presidenta[[2]](#footnote-2), porém na conjuntura atual do Congresso Nacional[[3]](#footnote-3) é impossível tramitar um projeto dessa magnitude. Dessa forma, o recado é que necessitamos nos organizar para este período. Houve um grande contingenciamento de recurso, a exemplo - a SENAES até 2015 tinha 140 milhões de reais em recursos. Neste ano, o corte foi para 47 milhões. Atualmente a SENAES tem compromissos na ordem de 100 milhões. O Secretário Nacional José Lopes Feijó disse que estavam tentando recurso do próprio Ministério, a partir das secretarias internas para resolver os compromissos. Ainda haveria este ano a abertura de mais 4 editais - Redes; Proninc; Certificação e Finanças, e provavelmente serão lançados até o dia 11/05/2016. Os trabalhadores em cargo DAS decidiram se exonerar, mas para não haver um desmonte da equipe por inteiro parte do grupo permanecerá, e com isso algum fôlego até início de junho/2016. Existe uma sinalização de que Paulo Pereira da Silva, o “Paulinho da Força Sindical”, assuma o Ministério do Trabalho, Emprego e Previdência Social – MTEPS. Ao longo dos anos vem trabalhando numa perspectiva de benefício às empresas, mas, por outro lado possui um discurso populista. Além disso, já deixaram claro que com o impeachment da Presidenta Dilma Rousself saindo a Lava Jato será estacionada, e todos serão inocentados.

Além disso, foi realizada uma apresentação do site Observatório Nacional da Economia Solidária e do Cooperativismo[[4]](#footnote-4), que está sob a coordenação do Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos - DIEESE. Foi realizado um estudo sobre a informalidade da economia solidária a ser disponibilizado no site. Foi realizada uma tiragem impressa. Outra questão também tratada foi o balanço dos instrumentos de avaliação dos projetos da economia solidária, através da apresentação de uma metodologia para fazer um balanço dos projetos de execução seguindo as linhas – Formação e Assessoramento Técnico; Produção, Produção e Consumo Solidários; Comercialização; Finanças Solidárias e; Ações Integradas, além de uma atualização sobre o andamento do Cadastro Nacional dos Empreendimentos Econômicos Solidários - CADSOL, que já possui Comissão Estadual em 20 Estados. Havia uma perspectiva de se realizar uma fazer uma formação com as comissões por conta dos ajustes no projeto esta formação não acontecerá. Ainda é preciso nivelar muita informação a respeito do CADSOL, principalmente na questão conceitual, além de dúvidas sobre o acesso ao sistema. A previsão é que em Maio/2016 haja um diálogo com os projetos em execução. No caso, seria um arranjo de projetos, com o intuito de capilarizar as comissões do CADSOL, mas ainda é uma questão a ser debatida. Houve também uma apresentação do monitoramento do PPA[[5]](#footnote-5) 2016/2019. A Economia Solidária apareceu em 22 estratégias. A Região Norte foi elogiada com relação a sua incidência, mas nos parâmetros (relacionado aquantidade de empreendimentos), a Região ficou num *status* muito baixo. Nossa Região sofre com problemas sérios de logística. No canal Participa.br está tudo disponível e pelo site poderemos ver as ações de economia solidária por dentro da Secretaria. Quem fará esse monitoramento é uma pessoa da sociedade civil. Houve muitas dúvidas sobre o funcionamento do sistema e isso deteve uma boa parte de nosso diálogo. Foi criado um canal de comunicação via *Whatsapp* com os membros do Conselho, bem como ficou também por deliberar quem seria a pessoa a realizar este monitoramento, junto com o Comitê Permanente.

Outro tema foi a proposta de alteração da gestão do CNES. Hoje o Conselho é consultivo, com o desafio de ser deliberativo, no entanto, não há conjuntura para tornar viável este propósito. Foi também colocada a dificuldade para chamar esta reunião, devido ao fato da SENAES não ser mais unidade gestora. Por fim, foram discutidas as 5 recomendações do Conselho: Entende-se que precisamos nos prepararmos para duas coisas – estarmos ou não dentro do Ministério; Se a política de ecosol continuar sendo executada teremos que atender enquanto Estado e Município algumas questões – marcos regulatórios do Estado. A princípio só seria repassado recursos a Estados que tivessem a estrutura da política. Foi repassado o mapa real dessa questão e a partir disso a proposta de flexibilização dessa relação. Seria possível esta flexibilização para municípios com menos de 50 mil habitantes. Para finalizar, o desafio da SENAES em arcar com os compromissos dos editais a serem lançados.

**Encaminhamentos:**

1. Aportar 2 anos para ter a estrutura necessária para executar a politica pública de economia solidária nos Estados e Municípios.
2. Incidência para a continuidade dos aportes do BNDES.
3. Finanças solidárias – recursos específicos (Bancos, cooperativas de créditos e fundos) e cooperativismo social.
4. Lutar pela Lei Nacional de Economia Solidária (PL 4685/2012).

**2. Análise de Conjuntura**

**Objetivo:** O objetivo é realizar uma análise de conjuntura tentando construir a história, contexto e ação da economia solidária, qual o seu real valor na sociedade brasileira, e como podemos avançar na realidade atual.

**Metodologia:** Divisão em 2 Grupos, sendo que cada Estado deve se dividir em cada um dos grupos, para a leitura de 3 textos e diálogo. Após, apresentação da síntese e debate.

**Textos Utilizados:** 1)SANTOS, Boaventura de Souza. **Brasil: a democracia à beira do caos e os perigos da desordem jurídica**; 2) SOUZA, Jessé. **O Golpismo de ontem e hoje;** 3) CENTRO DE FORMAÇÃO EM ECONOMIA SOLIDÁRIA – CFES/NE. **Carta às Educadoras e Educadores Populares de Economia Solidária.**

**Perguntas Norteadoras:** a)Como a gente vê? b) Como nos afeta? c) O que vamos fazer?

**TABELA 1 – Resumo da Análise de Conjuntura**

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **Ver** | **Julgar** | **Agir** |
| Estamos articulados, mas fragilizados, dependentes, sobrevivendo e sem identidade.Os empreendimentos nunca receberam recursos diretos, apenas indiretamente via projetos de política pública. Continuamos nas bases, mas muito fragilizados.O movimento muitas vezes assumiu a execução dos projetos nos Estados e perdeu seu olhar enquanto movimento para “fora”. O movimento de economia solidária tem uma dificuldade muito grande em lidar com o diferente. Trabalhamos num movimento para nos fortalecer e não diminuir. A presença da gestão pública no FBES não tem contribuído com a economia solidária.A política pública de economia solidária fortaleceu mais as entidades de assessoria e a gestão publica, que os empreendimentos. Os Projetos da Região Norte foram executados em formatos diferentes, sendo que em cada Estado se adotou um posicionamento. Desarticulação nacional do Governo afeta também as articulações nos territórios. Não efetivamos a Economia Solidária enquanto uma política de Estado nesses 12 anos, em um Governo que “defende” a economia solidária. Projetos muitas vezes trabalham a partir de metas que não reais. A SENAES nunca foi nossa. A SENAES é do Governo. Falsos líderes dentro do movimento representando a “si próprio” e não a categoria. Conflitos entre fóruns e gestão pública. As nossas lutas não estão consolidadas. Poucos projetos de fato se efetivaram na Região na perspectiva de construir outro desenvolvimento. A III CONAES construiu o Plano Nacional de Economia Solidária, e até este momento poucos Planos Estaduais de Economia Solidária foram consolidados no país. Desvirtuamento[[6]](#footnote-6) da educação popular, sendo na economia solidária praticada por “doutores”.  | Os empreendimentos não recebem de fato a política na ponta. Dificuldade na consolidação dos empreendimentos, com todos os princípios da economia solidária.Muitos gestores são por indicação política, além de ser muito rotativo. Campo da disputa político-partidária é extremamente forte. É importante para a economia solidária a realização da politica publica, mas na hora da execução isso não tem colocado. Não houve empenho da política em chegar à base. É chocante e constrangedor ver a realidade dos empreendimentos, os valores dos recursos e na prática não se vê nada.Recursos a partir das Secretarias de assistência. Foram iniciadas formações importantes, como exemplo, os fundos rotativos, no entanto, sem saber a continuidade das políticas. Este Governo nos oportunizou esta dimensão do que é economia solidária, mas não garantiu a sustentabilidade dessa política. | Utilizar os espaços dos Conselhos e Fóruns para construir agendas para além dos nossos espaços para debate. Fortalecer a articulação através das ferramentas de internet. Construir outra relação por fora do movimento. O FBES é o único espaço onde tem participação da gestão pública, sendo necessária articulação e diálogo, mas não é absoluto. Refletir a participação da gestão pública, que não tem respaldo das Coordenações.Articular para que as EAFs que forem atuar com formações, possam inserir o tema da economia solidária e sua dimensão política e social. Autonomia dos Fóruns para dialogar com o Governo.Organização da base para pautar demandas de formação e de fortalecimento da articulação FBES. Consolidar a Economia Solidária como uma política de Estado. Articulação do movimento para garantir a efetivação das bandeiras de luta.Reconhecimento da relação formação e assistência técnica.Valorização dos educadores populares, através do reconhecimento da *práxis,* e fortalecer políticas,comopor exemplo, o PL dos Mestres Griôs[[7]](#footnote-7). |
|

**DEBATE:**

**Luis Dantas:** Estou muito preocupado com a questão de sustentabilidade. É importante discutirmos nossa situação, que é uma concreta. A Sub-Secretaria de Economia Solidária ainda é uma questão a ser discutida. Não temos recursos para manutenção de nossos espaços físicos e nem como garantir a sustentabilidade do FBES. Estamos numa situação bastante complicada, a saber, da continuidade ou término da política de Economia Solidária no Brasil. Foi reduzida a sua estrutura, e é bem provável que será destituída. A partir do dia 11/05/2016 não sabemos o que irá acontecer. Tendo o tema análise de conjuntura, acredito que fosse mais produtivo o debate no Plenário. O que Tatiane e Andrea nos trazem uma conjuntura mais recente é avessa ao movimento social.

**Rosane Silva:** No Estado do Amazonas estamos numa Coordenação de projetos dentro do Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA. Sabemos como está a questão do Governo, e que eles querem acabar com o que estão chamando de “institucionalização vagabundística”[[8]](#footnote-8). O governo traíra de Michel Temer vem para acabar com tudo o que está sendo construído, e necessitaremos resistir ao que estão fazendo conosco. Existe um processo favorável, pois o Estado e Município – criaram Secretarias para aquisição de recursos, e o topo dessa lista são os projetos de economia solidária.

**Carlos Taborga:** **Partimos do princípio que precisamos assumir nossa responsabilidade neste processo. Porque enquanto movimento, desde o início, quando não tomamos certas decisões e posições dentro dos espaços concedidos (CNES e Conselhos Estaduais), ficamos numa dependência e nunca assumimos o papel de decisão para a economia solidária. Esperamos que fosse feito por nós, e com isso deixamos o momento passar. Aqui também me refiro à gestão pública que se impôs, e se colocou como espaço de decisão, onde ficamos em segundo plano. As decisões foram tomadas de cima para baixo e não o contrário. Nós nos tornamos desarticulados e frágeis, pela busca de posição social de nosso próprio movimento, e aquela força para pautar as instituições não houve, e o que aconteceu foi o contrário. Ou tomamos um posicionamento de decisões, ou continuaremos fragilizados. Muitos problemas com relação ao CNES, e o posicionamento deste Conselho não é em prol da Economia Solidária. Enquanto Região Norte tomamos um posicionamento neste sentido, pensando se este movimento irá continuar ou não pensando a fragilidade política. Nosso Estado é um dos que mais recebeu recursos para a economia solidária, mas eu duvido que saibam quais os empreendimentos foram beneficiados.**

**Maria Sonale Queiroz:** **O movimento não tem um posicionamento – temos nossas bandeiras de luta, objetivos, mas na prática, nessa luta contra o impeachment e pela democracia vimos uma dificuldade do FBES, pela Coordenação Executiva em fazer esta defesa. O movimento de economia solidária é de esquerda, mas não tem parecido. Nós não temos uma agenda de luta, mas sim nos concentramos em uma agenda interna de discussões e execução de projetos, mas o que realmente almejamos não estamos conseguindo traduzir em ação. Apesar da V Plenária Nacional de Economia Solidária ter definido que o FBES é um instrumento[[9]](#footnote-9) do movimento, aí temos também um movimento nacional de luta pela democracia, porém que não se interioriza esta construção enquanto fórum de economia solidária. Neste processo, entendemos que algumas representações do FBES quiseram participar do ato, e outras não. Isso reflete a nossa identidade, e incidi na nossa organização.**

**Luis Dantas:** Temos uma sobrevivência enquanto ação, mas mesmo com todas as dificuldades e anseios conseguimos ainda fazer a organização dos fóruns, mas não como deveria estar, se de fato tivéssemos a participação das 3 esferas do movimento. Houve um Ato das Mulheres, em Belém, por Dilma Rousself. Mandei uma mensagem para o grupo do Pará, mas no ato não estávamos presentes. **Me parece que um ponto importante é a formação. A Ecosol desafia os seus valores. Quando falo autogestão eu já estou dizendo que isso é uma forma de me organizar e posicionar na sociedade. Entre nós aqui este tema não é tranquilo.** Além disso, existe uma falsa ideia sobre a questão – “a economia solidária é do PT”. Eu poderia afirmar que o SUS é do FHC porque foi criado no período dele? Não! A maioria dos empreendimentos não tem ligação partidária, e de fato há uma pequena parcela do movimento que possui filiação. Temos muitos empreendimentos que votam em pessoas com pensamentos reacionários[[10]](#footnote-10). É claro que as pessoas utilizam dos meios que dispõem para disputar eleições, como por exemplo, as igrejas. O CFES tem esse papel de discutir formação, e, sobretudo, a formação política que exige disciplina e estudo. O papel do governo é a politica publica, mas a sociedade esta à frente do governo. Nós ficamos recuados nesta questão sendo esta falha de nossa responsabilidade. Quem passa a executar a politica publica a partir de Fernando Henrique Cardoso é a sociedade civil. O problema é que não conseguimos fazer a relação da politica pública com nossas necessidades. E por fim o jogo politico funciona como disputa de classe. Se a lei não foi aprovada, parte disso é responsabilidade nossa. **Quem daqui foi negociar a SENAES com a direita? Estamos achando por acaso que o empresário será sensível à economia solidária, sendo que a nossa politica é ligada a ela? Nosso desafio será compreender o papel histórico que pesa sobre nossas cabeças. Enquanto direção qual é o nosso papel? Uma liderança deve fazer o necessário para o movimento que ela dirige avance.**

**Andrea Mendes:** Precisamos parar de atribuir as mazelas da ecosol ao PT, bem como personalizar as fragilidades. Temos que parar com isso, mas precisamos fazer à autocrítica. O PT de alguma maneira representa a esquerda. Ou não? Temos pessoas nos espaços do movimento que estão fragilizadas, e não estamos dando base para isso. Nossa atuação nos Fóruns Locais e Estaduais é difícil. Temos que trabalhar o fortalecimento desse elo. O que caminhou foi por conta de nossa atuação. Sempre trabalhamos e pensamos em trabalhar nossas lideranças. O CFES colaborou em partes, mas estamos em uma nova etapa sem mudança na estrutura. **Nós pedimos o fortalecimento do FBES, e pensamos que as entidades iriam fortalecer os fóruns, mas elas fortalecem suas bases.** Sempre demandamos a necessidade de o FBES apoiar os FEES. Isso nunca foi prioridade dentro do FBES e precisa ser refletido. Com relação aos projetos – no inicio da SENAES tínhamos um projeto chamado Economia Solidária em Desenvolvimento[[11]](#footnote-11), e tinha em sua proposta pautar economia solidária de forma mais livre. Naquele momento conseguíamos ver efervescência dessa questão. Assim, ao longo dos aos tivemos que enxugar e ajustar nossas bandeiras aos programas gerais do Governo, por exemplo, trabalhar com beneficiários do Programa Bolsa Família. Temos que estar preparados para dialogar com qualquer governo – mas em que posição? E precisamos organizar essa ideia.

**Tatiane Valente:** A minha grande indagação hoje é sobre os espaços de participação nas Conferências – o que estamos querendo fazer lá se não damos conta nem do que é nosso? Bem, precisamos nos organizar. Falando do sujeito politico, a partir do momento em que eu me reconheço de uma família, universidade, eu me torno um ator político. Tenho muitas criticas com relação a diversos projetos, mas com relação ao governo aqui em Manaus, chegamos a ir ao enfrentamento com o secretário. Perdemos espaço, mas hoje conquistamos essa relação. Maria Sonale fez boa fala de pensar o CFES para além do projeto, pois formação não se faz só em curso, e teremos que realizar Plenárias de organização. Vejo que a grande dificuldade é com a identidade pessoal – quem sou e o que estou fazendo aqui. Fiquei feliz de ver que o problema todo não é só fora, mas dentro. Sobre esta reunião da Macrorregional Norte – todos do Fórum Estadual do Amazonas ficaram informados desta reunião, mas ninguém apareceu. O povo só funciona na pressão e para quem está na ponta é muito desgastante.

**Maria Sonale Queiros:** A carta que nós lemos frizava muito o Governo PT. Não vamos nos ater a visão partidária. O fanatismo também atrapalha muito a relação. Nós fizemos esta relação, independente de que partido esteja no poder, e precisamos estar preparados para esse diálogo. Não queremos garantir essa questão? Eles mudam por conveniência, que faz essa defesa. Vamos defender a nossa bandeira de luta. Quisemos desmitificar essa relação com o governo.

**Carlos Taborga:** Tenho posicionamento fincado no chão. Mas também não podemos dizer que está tudo bem. Somos um movimento de dentro para dentro. E é isso que nós erramos. Por que as politicas que são para n´so não chegam para n´pos? E se o recurso era direcionado para nós porque foi desviado? O movimento tem que se posicionar de alguma forma. A culpa é nossa, mas eles se acham dono também da relação. Não reconhecer o avanço que houve também é injustiça. Estamos vivendo um momento ruim. Nós sentamos e nos organizamos e ficamos em nossa zona de conforto. Porque sofremos tanto se o Governo era ao nosso favor? Então é essa situação – nós fazemos parte dele. Melhor que seja criticado nós que por outro. Não podemos chegar ao ponto de ter romantismo no processo, e desde muito tempo atrás. Hoje os conselhos são liderados por quem? O Conselho o líder é o gestor e o vice era o Sebrae. O Fórum do Acre não participou deste processo. Fui à XIII Reunião da Coordenação Nacional me deparei com a gestora pública do Acre, e isso me humilhou, e a vi tomando conta do assunto. E ainda fui questionado porque estava na situação. Eu vivo e faço parte do empreendimento, sei me manter com a força do trabalho.

**Andrea Mendes**: A questão que estamos discutindo aqui é a ação da economia solidária nosso conceito. Acho que temos militâncias partidárias, e também é preciso ter respeito. É claro que temos que fazer a questão do governo. De fato a Senaes se coloca na execução da política, mas eles executam de acordo com o consolidado nas conferencias. Este é um espaço de disputa que perdemos em Rondônia. Voltamos e não avançou na discussão do plano estadual, com uma proposta de lei pautada no cooperativismo. Uma confusão que fizeram com resíduos sólidos. Não h á um respeito. Esta é mina opinião do gestor publico – captar recursos para caminhar o diálogo e que se dane o resto. Então os resultados das conferencias não caminham, pois a discussão da base acaba sendo outra. Não avançamos na articulação da Ecosol no Estado.

**Encaminhamentos:**

1. Ver **Coluna Agir** da TABELA 1 – Resumo da Análise de Conjuntura.

**03/05/2016**

**3. VI Plenária Nacional de Economia Solidária (Orientação Política e Ações do Movimento)**

**Objetivo:** Realizar uma avaliação dos Marcos da Economia Solidária, através do documento-final da V Plenária Nacional de Economia Solidária.

**Metodologia:** Divisão em grupo, para dialogar os AVANÇOS, RETROCESSOS e DESAFIOS, através das avaliações dos Eixos 1 – Orientação Política do Movimento e Eixo 2 – Ações do Movimento de Economia Solidária. Cada grupo fará um balanço sobre os seguintes eixos. O Eixo Sustentabilidade foi suprimido dos Grupos, já que o mesmo foi discutido durante o tema Análise de Conjuntura.

1. **Grupo 1 – Autogestão e Autonomia; Emancipação econômica e politicas dos EESs; Diversidades; Marco Legal; Estratégias Econômicas; Comunicação e Visibilidade.**
2. **Grupo 2 – Economia Popular; Território e Territorialidade; Cidadania, Organização da Sociedade e Relação entre Movimento e Estado; Educação e Cultura; Integração Territorial e Luta pela Continuidade de Políticas Públicas**

**Contextualização Geral:** Foi realizado um resgaste do histórico da V Plenária Nacional de Economia Solidária, através de sua organização e marcos importante deste período. Quando iniciamos o percurso para a construção da Plenária Nacional de Economia Solidária, primeiro partimos de nossa realidade local, passando por estágios até chegar ao Nacional para tirar as propostas finais de reflexão-ação. Na V Plenária Nacional de Economia Solidária[[12]](#footnote-12), enquanto Coordenação Executiva, que tínhamos mais clareza dos problemas reais que o FBES sofria, no entanto, não conseguimos alterar a proposta da Organicidade do FBES, e não adentramos aquilo determinados questionamentos como – o que é de fato um empreendimento econômico solidário? Assim, a V Plenária reafirmou o documento da IV Plenária Nacional de Economia Solidária. Também naquele momento foi discutida nossa relação com os movimentos sociais – que não foi resolvida na IV Plenária, mas houve reflexão e tentativa nesta ocasião, além de articulação e diálogo com os movimentos sociais, mas que no fundo não aglutinou para o movimento de economia solidária. Isso também tem haver com a identidade e incidência com o movimento de economia solidária. Na construção da IV Plenária houve uma preparação bastante longa que durou 3 anos, mas havia outro contexto, e a Plenária Final foi bastante conflituosa. Dessa forma, apesar da V Plenária não ter seguido o mesmo período de preparação, a metodologia foi construída para que não se repetisse os conflitos e que pudesse agregar cada vez mais o movimento. Para este processo foi construída uma Comissão Ampliada, com representações e reuniões para poder estruturar uma equipe competente. A Plenária foi aberta a outros atores sociais e definimos que teriam Plenárias Territoriais mais abertas e Estaduais com alguns critérios. Dessa forma, a ideia atual de se constituir a articulação Macrorregional seria enxugar a Coordenação Nacional.

**TABELA 2 – Análise do Documento-Final da V Plenária Nacional de Economia Solidária**

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| **Tema** | **Avanço** | **Retrocessos** | **Desafios** |
| **Eixo 1 – Orientação Política do Movimento** |
| **Autogestão e Autonomia** | Autogestão e autonomia nos grupos tem avançado (Ex: Mulheres, Restaurantes Populares, Fundos Solidários).  | Dependência de projetos.Muitos empreendimentos só frequentam os Fóruns quando este tem recursos. Falta de estrutura das políticas de economia solidária. Falta de diálogo entre as estruturas EES x EAF x GP.  | Organização e articulação da base.Reorganizar o movimento de Ecosol. |
| **Economia Popular** | Inserção de empreendimentos familiares urbanos e rurais nos Fóruns.  |  | Capacitação e formação sobre Economia Solidária.Inclusão da categoria dos empreendimentos familiares urbanos. |
| **Emancipação Econômica e Política dos Empreendimentos Econômicos e Solidários** | Aumento da participação dos empreendimentos nas feiras. | Falta de linha de financiamento específica para os empreendimentos econômicos solidários. Falta de estrutura e conhecimento para construir canais comunicação para divulgar os produtos e ideais da ecosol.Esvaziamento dos empreendimentos dos Fóruns. | Fortalecimento dos Conselhos. Maior diálogo entre os empreendimentos. |
| **Território e Territorialidade[[13]](#footnote-13)** | A dimensão da Região Norte é a da Amazônia enquanto território. O Fórum do AM construiu sua articulação, a partir de pensar o território das calhas dos rios, sendo 6 fóruns regionais.  | Confusão entre “territórios da economia solidária” e “territórios da cidadania”.Existe sim a noção de territorialidade, mas na economia solidária isso não tem organização e dinâmica.Falta de articulação em rede. | Dar continuidade ao processo de organização dos territórios; Fazer/renovar o mapeamento dessas iniciativas; É preciso identificar essa dimensão do território com a economia solidária. Dialogar e agregar as iniciativas autônomas neste processo.  |
| **Diversidades** | Conquistas de espaços públicos para a realização de feiras e trocas. Formação em economia solidária tem aproximado diferentes atores. Diversos grupos estão se identificando com a economia solidária. | Dificuldade de atuação da gestão pública com atores diferentes.Fragilização do conceito de economia solidária e dificuldade de se relacionar com outras formas de economia. Fragilidade dos Fóruns Locais/Territoriais, Regionais e Estaduais de Economia Solidária.Fragilidade desses diferentes atores em assumirem a economia solidária como uma bandeira de luta, além de não dar um retorno na própria base em que atua.  | Trazer novas lideranças para o movimento de economia solidária. Fortalecer o FBES através da formação de Grupos de Trabalho, a exemplo do GT de Mulheres. |
| **Cidadania, Organização da Sociedade, Relação entre o Movimento de Economia Solidária e o Estado.** | Movimento de mulheres (GT Nacional de Mulheres do FBES) da Marcha e Mulheres Negras e na Marcha das Margaridas.Criação de Leis Estaduais de Economia Solidária, Conselhos e Fundos.   | Ausência de uma Campanha de Divulgação da Economia SolidáriaAusência de reuniões periódicas do Conselho Nacional de Economia Solidária - CNES; Representações dos Fóruns muito frágeis.Falta de incidência da economia solidária enquanto possibilidade de disciplina na educação formal. Falta clareza do movimento com relação à importância das incidências Perda de relações com movimentos sociais.  | Defesa da política publica de economia solidária em âmbito Nacional e Estaduais. Campanha da Ecosol para fortalecimento dos Conselhos Estaduais. Formação política com as lideranças do movimento, bem como aqueles que estão ocupando espaços da política pública. Fazer as pessoas se apaixonarem pela economia solidária. Articulação com os movimentos sociais, em especial o movimento sindical.Incidir para que a identidade da Ecosol seja transversalizada em outros espaços. |
| **Tema** | **Avanços** | **Retrocessos** | **Desafios** |
| **Eixo 2 – Proposta de Ações do Movimento de Economia Solidária** |
| **Marco Legal** | Leis Estaduais de Economia Solidária em Tocantins (TO): Lei n. 2493/2011[[14]](#footnote-14): Pará (PA): Lei n. 7.309/2009[[15]](#footnote-15) e Acre (AC): Lei n. 2.119/2009[[16]](#footnote-16), além de Leis Municipais, por toda a Região Norte. Decreto do Sistema Nacional de Comércio Justo e Solidário - SNCJS[[17]](#footnote-17) foi um avanço, mas não se sabe se vai levar adiante. Lei das Cooperativas de Trabalho (Lei 12.690, de 19 de julho de 2012).[[18]](#footnote-18)  | Grande parte das leis ainda não foram implementadas, em especial nos Municípios.Não temos uma Lei que assegure a economia solidária enquanto uma política de estado.Muita burocracia para acessar as leis, além das prefeituras não aderirem aos processos por falta de conhecimento. |  |
| **Educação e Cultura** | Programa Nacional de Incubadora de Cooperativas Populares – Proninc. Universidades Federais promovem hoje discussões e fomento a economia solidária. Políticas públicas ajudam no fomento a formação em economia solidária (bancos comunitários, feminismo, comercialização solidária e grupos de consumo). Um desses projetos é o Programa Mulheres Mil. Criação de Especialização e Mestrado nas Universidades com o tema Economia Solidária, além de cursos via Pronatec nos Institutos Federais e Educação de Jovens e Adultos, como o PROEJA Ecosol, além de avanços nas faculdades particulares. | A V Plenária de Educação e Cultura avançou pouco. Criação de Centros Públicos de Economia Solidária; Economia solidária na educação formal;  | Incidir na grade das escolas municipais (ensino fundamental e médio) sobre o tema economia solidária.Avançar na criação do Programa Nacional de Assistência Técnica em Economia Solidária. Avançar na consolidação do Projeto Político-Pedagógico da Economia Solidária. |
| **Estratégias Econômicas (Produção, Comercialização, Consumo e Finanças Solidárias)** | Gestão a partir de moedas locais e trocas e escambo presentes na Economia Solidária. |  | Retomar as estratégias de feiras locais do movimento. |
| **Integração territorial e Luta Pela Continuidade de Políticas Públicas** | Criação de departamentos de economia solidária.Frentes Parlamentares Nacional e Estaduais de Economia Solidária. Interface das políticas de economia solidária em consonância com outras políticas públicas (Catadores e Agricultura Familiar). | Disputa por recursos públicos. Nossas reivindicações não são levadas a sério, e não nos colocamos enquanto cidadãos de direitos.Gestores sem vocação para atuar na com economia solidária; Estados agregaram a economia solidária dentro das Secretarias de Micro e Pequena Empresa e controle social da política. | Desafio: sensibilizar os gestores para sermos vistos, e assim possam contribuir com a ecosol; incidência politica; qualificarmos para compreendermos o nosso papel.  |
| **Comunicação e Visibilidade** | utilizado pelos grupos. s nativas de Trabalho. d | Página FBES sem atrativos e desatualizada, bem como, a dos FEES. Dificuldade dos EESs em utilizar o Cirandas.net.  | Postagens mais atrativas sobre Economia SolidáriaConstrução de maior interação com a página através de enquetes. |

**DEBATE:**

**Reflexão Geral do Grupo:** Para concluir é preciso que a Região Norte enfrente as dificuldades destacadas abaixo, entendendo que quando formos eleger representantes, que esses pontos são fundamentais para fortalecer nossas ações:

* De maneira geral houveram poucos avanços nos Eixos;
* Temos dificuldades em nos vermos enquanto Região, por isso grande parte do nosso foco foi a partir do nosso local;
* Dificuldade em compreender o papel do Fórum frente ao Estado.

**Disputa de recursos públicos**: como exemplo deste processo há também Governadores que vivem de barganha dos Deputados Federais por emendas parlamentares. A gestão pública descompromissada traz prejuízos à sociedade.

**Carlos Taborga:** Nossa base é deficiente, decadente e não tem conhecimento da economia solidária. Esta é uma obrigação nossa como formadores. Precisamos de mecanismos para buscar parcerias e lançar as propostas que temos para que a economia solidária seja tema transversal dentro das escolas. Seria importante que as pessoas soubessem seus princípios e práticas.

**Andreia Mendes:** No PPA 2010-2012 nós colocamos esta questão como fundamental, mas não tivemos gerência para discuti-la nacionalmente. O GTs de Educação e Cultura funcionaram? O FBES fez controle social das políticas relacionadas à formação?

**Raquel Pinheiro da Silva:** **Nós, enquanto integrantes deste movimento precisamos dialogar e discutir mais com as universidades, principalmente a metodologia a qual os alunos trabalham. Nós, enquanto empreendimentos, respondemos diversas pesquisas que as universidades nos propõe. E sinceramente, isso nunca nos levou a nada, além de nunca ter tido acesso as informações levantadas. Qual o verdadeiro retorno dessas pesquisas aos empreendimentos?**

**Carlos Taborga:** Temos que partir para as propostas em busca de políticas e ações que possam divulgar a economia solidária para a sociedade como um todo. Então, a criação de grade nas escolas municipais é fundamental, bem como o Pronatec e demais sistemas em que este tema possa ser conhecido.

**4. VI Plenária Nacional de Economia Solidária (Objetivos e Motivos)**

**Por que realizar a VI Plenária Nacional de Economia Solidária?**

* Avaliar a caminhada FBES revendo os pontos debatidos na V Plenária e consolidar as mudanças;
* Organizar a estrutura Macrorregional;
* Retomar os processos de discussão na base e fortalece-la;
* Reestruturação da Organicidade do FBES;
* Fazer o debate dos sonhos que temos enquanto movimento, tendo como base aquilo que realmente é possível realizar;
* Rearticular o movimento de Ecosol localmente e nacionalmente;
* Afirmar a economia solidária e o FBES enquanto movimento social;
* Para aproximar cada vez mais teoria e prática.

**Quais os objetivos?**

* Ser uma Plenária do Movimento de e Economia Solidária com retomada das articulações.
* Avaliar as estratégias do FBES;
* Avançar na sustentabilidade do FBES;
* Atualizar as bandeiras de luta;
* Rever a relação movimento de economia solidária com a gestão pública, e de sua articulação na estrutura;
* Disseminar o tema da Economia Solidária, construindo formações e nivelamento de pautas;
* Definição de o que é movimento e o que é governo;
* Definição de nossa identidade (por que, objetivo, quem somos)

**Como realizar?**

* Constituição de um Grupo de Trabalho ampliado com Encontros Regionais e participação desta comissão;
* Captação de recursos (financiamento colaborativo via crownfunding) e diálogos com projetos para construção das Plenárias;
* Construção de festas e ações internas para captação de recursos;

**5. VI Plenária Nacional de Economia Solidária (Organicidade do Movimento)**

**Objetivo:** O objetivo desta atividade foi realizar uma reflexão sobre a forma de organização do FBES

**Metodologia:** A partir do questionamento abaixo o grupo decidiu realizar um debate aberto.

**O Fórum de Economia Solidária, a partir dos últimos anos se encaixa no papel de articulador? Ou é representante do movimento?**

|  |
| --- |
| **Segundo o documento-final da V Plenária Nacional de Economia Solidária (Eixo 3 – Organicidade, p. 98):**Na V plenária o debate sobre a natureza do FBES foi transversalizado pelo debate sobre o movimento de economia solidária e sobre isso afirmamos:1. A afirmação da economia solidária como movimento social se coloca pela sua articulação/mobilização, defesa e contraposição de uma determinada ideologia, na busca da acessibilidade dos direitos de um determinado público, podendo ter movimentos agregados.
2. Somos um movimento social amplo que dialoga com diversas esferas, segmentos e lutas na sociedade, considerando e legitimando as diversas experiências e práticas solidárias no campo da produção, comercialização, formação, finanças solidárias e etc.
3. A economia solidária articula lutas políticas na perspectiva de um novo projeto de sociedade e de economia que promova o desenvolvimento territorial sustentável e solidário.

Por outro lado, no que se refere à natureza do FBES, a plenária indicou que:O FBES é um instrumento do movimento da Economia Solidária, um espaço de articulação e diálogo entre diversos atores e movimentos sociais pela construção da economia solidária como base fundamental de outro desenvolvimento sócio econômico do país que queremos. |

**Observação Geral:** As organizações sociais são mantidas através de suas bases. O desafio é avançar na autosustentação. De 2012 até agora essa formato de articulação e construção da independência do FBES não aconteceu. O modelo atual não tem funcionado. Nessa discussão acaba que sempre a responsabilidade é colocada para a Coordenação Executiva. Quem está de fora e não conhece a organização e articulação FBES que propõe – gestão rotativa, por exemplo, tendo muitas vezes a entrada de membros que não estão nas dinâmicas da economia solidária, mas por conta da **rotatividade**, é levado a falta de qualidade na participação. conta da rotatividade.debate aberto.Enquanto movimento, no segmento de empreendimentos, todos temos um papel. O que acontece nos Fóruns é que se quer sempre culpar a Coordenação Nacional e Executiva por tudo. Que a gente possa dentro deste processo se olhar, ver realmente qual seu papel dentro da articulação, e o que se pode contribuir, e junto com os demais buscar melhorar.

**Maria Sonale Queiroz:** O Estado do Amapá está muito fragilizado. Tentamos realizar uma Plenária, mas não tivemos *quórum*. As pessoas que querem entrar para esse processo nunca fizeram uma formação em economia solidária, e os que tem conhecimento não tem interesse em permanecer. O FBES esta perdendo credibilidade.

**Luis Dantas:** O problema não é da maquina, mas sim do operador. **Estamos num declínio de lideranças dentro do movimento, não conseguimos colocar pessoas com acumulo e não avançamos na sustentabilidade**. Os empreendimentos que precisam dar conta do cargo na Coordenação Nacional, e ainda produzir em seu próprio empreendimento. Como enfrentar isso? A questão das redes sociais – nós FBES não conseguimos demonstrar e incidir nosso rigor de movimento. Ganhamos simpatia, mas não o respeito. Essas questões não são problemas da estrutura e sim nosso. Minha tarefa aqui no FBES é mobilizar e articular. Nós não conseguimos nos estabelecer no papel de articuladores. Só consigo ter o FEES funcionando se tem Coordenação e se tem agenda de trabalho. **Sou pela manutenção da redação, dizendo que o problema são as pessoas.**  **O FBES não é uma instância única, e seria agregador dos diversos instrumentos. Ele é agregador do movimento ou é o movimento?**

**Carlos Taborga:** O FBES teria que ser espaço aglutinador, mas nossa estrutura de início não aglutina.

**Tatiane Valente:** Por exemplo, cito a Rede Cearense de Sócio-Economia Solidária – **é a rede que nos agrega ou é o empreendimento?**

Ainda há muita dificuldade, amadurecimento do tema nas bases sobre a Organicidade. Temos urgência que a questão seja definida. O que precisamos aqui é o formato de Amazônia, nossa especificidade precisa ser mostrada. Ainda não vemos publicações das ações da região norte. O que esta faltando para nós é darmos visibilidade as ações que já acontecem.

**5.1 Finalidade do FBES**

|  |
| --- |
| **Segundo o documento-final da V Plenária Nacional de Economia Solidária (Eixo Organicidade, p. 98):**O FBES tem duas finalidades principais:1. Representação, articulação e incidência na elaboração e acompanhamento de políticas públicas de Economia Solidária e no diálogo com diversos atores e outros movimentos sociais ampliando o diálogo e se inserindo nas lutas e reivindicações sociais **sem perder seus princípios** **e autonomia (Incluído na V Plenária Nacional).**

O FBES busca a confluência entre as forças existentes no movimento de Economia Solidária e a sua participação ativa em GTs, Comitês, no Conselho Nacional de Economia Solidária e em outras instâncias de proposição e construção de políticas públicas.Como o atual governo apoia explicitamente a Economia Solidária, um dos desafios do FBES é acompanhar estas demandas de forma ativa e crítica, buscando o estabelecimento de políticas públicas, compromissos e acordos entre as forças que hoje atuam na Economia Solidária.1. Apoio ao fortalecimento do movimento de Economia Solidária, a partir das bases.

O FBES também realiza ações de animação, subsídios, potencialização e apoio ao fortalecimento do movimento, para que os fóruns municipais, regionais e estaduais sejam a força que move e pauta e apontem para a Economia Solidária como perspectiva de desenvolvimento sustentável, endógeno e solidário.  |

**Encaminhamentos:**

Os Fóruns Estaduais de Economia Solidária da Região **Norte devem** estimular debates sobre o Eixo 3 – Organicidade, do documento-final da V Plenária Nacional de Economia Solidária, a partir dasperguntas orientadoras abaixo:

* **Natureza:** FBES é um instrumento do movimento de economia solidária ou é movimento social?
* **Sustentabilidade:** O FBES deve ter um CNPJ para captação de recursos?
* **Segmentos:** Qual a relação entre EES x EAF e GP?

**6. Planos Estaduais de Economia Solidária**

**Objetivo:** Levantamento da Região Norte quanto a composição no Estado de infraestrutura pensando a proposta de aprovação dos Planos Estaduais de Economia Solidária.

**TABELA 3 – Quadro de Atualização da Região Norte referente aos Planos Estaduais de Economia Solidária[[19]](#footnote-19)**

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| **Estado** | **Texto do Plano** | **Lei Estadual** | **Conselho Estadual** | **Frente Parlamentar no Estado** |
| Acre | Não | Sim | Sim | Sim |
| Amazonas | Sim | Não | Não | Não |
| Amapá | Não | Não | Não | Não |
| Pará | Não | Sim | Sim | Sim |
| Rondônia | Não | Não | Não | Não |
| Roraima | Não | Não | Não | Não |
| Tocantins | Não | Sim | Sim | Não |

**04/05/2016**

**7. Macrorregional Norte**

**7.1 Eleição da Coordenação Executiva**

Qual a função da Coordenação Executiva?[[20]](#footnote-20)

**DEBATE:**

**Maria Sonale Queiroz:** Estamos com dificuldades em fortalecer nosso próprio Fórum local. Os EESs esperavam que a política pública fosse fortalecê-los. O discurso em si é bonito, mas não funcionou na prática em nosso Estado. Claro que há contribuições e crescimentos, porém é preciso garantir isso de forma mais ampla. A realidade do Amapá é que o Estado está totalmente desarticulado.

**Carlos Taborga:** Muitas vezes nos comprometemos com coisas que não podemos assumir. A responsabilidade é da Região, que precisa debater sobre sustentabilidade da articulação, da base ao nacional. O Acre ainda não enviou o recurso para o FBES. Temos que buscar alternativas.

**Andrea Mendes:** Sobre a sustentabilidade dos FEES há uma deliberação do documento-final da V Plenária que o FBES apoiaria os Fóruns. Se criamos a Macrorregional na Região Norte é mais uma instância. Não adianta falar que está pagando quando “eu” assumo. É preciso colaboração solidária. Há necessidade de reorganizar alguns espaços pela Região Norte e um deles é a Coordenação Executiva.

**Rosa Maria Alexandre da Silva:** Estamos realizando coletas durante as reuniões. Dia 20/05/2016 teremos Plenária Estadual do Pará, e lá a votação para renovação da Coordenação Estadual.

**Encaminhamentos:**

Os Fóruns Estaduais de Economia Solidária devem dialogar sobre a sustentabilidade de seus Fóruns, criando e constituindo estruturas locais.

***Critérios:***

* Precisam estar trabalhando nos seus EESs e serem reconhecidos pelo Estado.
* Ter participado das Plenárias.
* Histórico de militância.
* Ter participado dos processos de formação.

***Funções:***

* Socializar informações com a Região Norte.
* Usar os meios de comunicação elegidos pela Macrorregião para comunicação.
* Quem assume precisa ter consciência que não está sendo indicado pelo Estado, mas sim pela Região.
* A Executiva tem função operativa com titulares e suplentes atuantes, focado em debate, ação e incidência.

***Meios de Comunicação:***

* Whatsapp da Região Norte para comunicação;
* E-mail Coletivo da Região Norte (Eni Cunha-TO)

***Atualização da Coordenação Executiva:***

**Gestão 2016 – 2019:**

Titularidade: Carlos Taborga (AC)

Suplente: Maria Juciara de Souza Neto (PA)

Titularidade: Tatiane Valente (AM)

Suplente: Raquel Pinheiro (TO)

* A Nova Coordenação Executiva pela Região Norte deve ser atualizada a partir de Julho/2016.
* Novos representantes precisam ser incorporados no grupo de e-mails (Coordenação Executiva e Nacional)

**7.2 Eleição do Conselho Nacional de Economia Solidária**

**Encaminhamentos:**

A Região Norte deliberou pela manutenção de **Andrea Mendes (RO)**,como **Titular** e entrada de **Edna Maria Coelho Carvalho (AP)** como **Suplente.** Para a segunda será:Eleição de **Daniel (TO)** como **Titular** e **Maria Rayna Cunha Freitas (RR)** como **Suplente**.

**8. Encaminhamentos do Encontro Macrorregional Norte**

|  |  |
| --- | --- |
| **Tema** | **Encaminhamentos** |
| **Conselho Nacional de Economia Solidária** | 1. Aportar 2 anos para ter a estrutura necessária para executar a politica pública de economia solidária nos Estados e Municípios.
2. Incidência para a continuidade dos aportes do BNDES.
3. Finanças solidárias – recursos específicos (Bancos, cooperativas de créditos e fundos) e cooperativismo social.
4. Lutar pela Lei Nacional de Economia Solidária (PL 4685/2012).
 |
| **Análise de Conjuntura** | 1. Ver **Coluna Agir** da TABELA 1 – Resumo da Análise de Conjuntura.
 |
| **VI Plenária Nacional de Economia Solidária (Organicidade do Movimento)** | Os Fóruns Estaduais de Economia Solidária da Região **Norte devem** estimular debates sobre o Eixo 3 – Organicidade, do documento-final da V Plenária Nacional de Economia Solidária, a partir dasperguntas orientadoras abaixo: * **Natureza:** FBES é um instrumento do movimento de economia solidária ou é movimento social?
* **Sustentabilidade:** O FBES deve ter um CNPJ para captação de recursos?
* **Segmentos:** Qual a relação entre EES x EAF e GP?
 |
| **Eleição da Coordenação Executiva** | Os Fóruns Estaduais de Economia Solidária devem dialogar sobre a sustentabilidade de seus Fóruns, criando e constituindo estruturas locais.***Critérios:**** Precisam estar trabalhando nos seus EESs e serem reconhecidos pelo Estado.
* Ter participado das Plenárias.
* Histórico de militância.
* Ter participado dos processos de formação.

***Funções:**** Socializar informações com a Região Norte.
* Usar os meios de comunicação elegidos pela Macrorregião para comunicação.
* Quem assume precisa ter consciência que não está sendo indicado pelo Estado, mas sim pela Região.
* A Executiva tem função operativa com titulares e suplentes atuantes, focado em debate, ação e incidência.

***Meios de Comunicação:**** Whatsapp da Região Norte para comunicação;
* E-mail Coletivo da Região Norte (Eni Cunha-TO)

***Atualização da Coordenação Executiva:*****Gestão 2016 – 2019:** Titularidade: Carlos Taborga (AC)Suplente: Maria Juciara de Souza Neto (PA) Titularidade: Tatiane Valente (AM) Suplente: Raquel Pinheiro (TO)* A Nova Coordenação Executiva pela Região Norte deve ser atualizada a partir de Julho/2016.
* Novos representantes precisam ser incorporados no grupo de e-mails (Coordenação Executiva e Nacional)
 |
| **Conselho Nacional de Economia Solidária** | A Região Norte deliberou pela manutenção de **Andrea Mendes (RO)**,como **Titular** e entrada de **Edna Maria Coelho Carvalho (AP)** como **Suplente.** Para a segunda será:Eleição de **Daniel (TO)** como **Titular** e **Maria Rayna Cunha Freitas (RR)** como **Suplente**.  |

**Pensando em uma sociedade mais justa!**

No século 21, a sociedade civil e política quer que todos pratiquem a equidade como expressão de um sentimento do que se considera justo, que seja expressa em forma de virtude de quem ou do que (atitude, comportamento, fato etc.) manifesta senso de justiça, imparcialidade, respeito à igualdade de direitos dos homens.

**Autonomia:** Refere-se ao valor que reconhece o direito de um indivíduo tomar decisões livremente, ter sua liberdade, independência moral ou intelectual. É a capacidade apresentada pela vontade humana de se autodeterminar segundo uma norma moral por ela mesma estabelecida, livre de qualquer fator estranho ou externo.

**Capacidade de convivência:** Valor que desenvolve a capacidade de viver em comunidade, na escola, na família, nas igrejas, nos parques, enfim, em todos os lugares onde se concentram pessoas, de modo a garantir uma coexistência interpessoal harmoniosa.

**Diálogo:**Valor que reconhece na conversa um momento da interação entre dois ou mais indivíduos, em busca de um acordo.

**Dignidade da pessoa humana:**Valor absoluto que cada ser humano tem. A pessoa é fim, não meio. A pessoa tem valor, não preço.

**Igualdade de direitos:**Valor inspirado no princípio segundo o qual todos os homens são submetidos à lei e gozam dos mesmos direitos e obrigações.

**Justiça:** É o valor mais forte. Manifesta-se quando a pessoa é capaz de perceber ou avaliar aquilo que é direito, que é justo. É o princípio moral em nome do qual o direito deve ser respeitado.

**Participação social:** Valor que se desenvolve à medida que nos tornamos parte da vida em sociedade e leva-nos a compartilhar com os demais membros da comunidade conflitos, aflições e aspirações comuns.

**Respeito mútuo:**Valor que leva uma pessoa a tratar outra com grande atenção, profunda deferência, consideração e reverência. A reação da outra será no mesmo nível: o respeito mútuo.

**Solidariedade:**Valor que se manifesta no compromisso pelo qual as pessoas se obrigam umas às outras e cada uma delas a todas, particularmente, diante dos pobres, dos desprotegidos, dos que sofrem, dos injustiçados, com o intuito de confortar, consolar e oferecer ajuda.

**Tolerância:**Valor que se manifesta na tendência a admitir, nos outros, maneiras de pensar, de agir e de sentir diferentes ou mesmo diametralmente opostas às nossas.

1. Imagem retirada do site Catraca Livre. [↑](#footnote-ref-1)
2. Para conhecer o projeto acesse: <http://www.reformapoliticademocratica.org.br/>. [↑](#footnote-ref-2)
3. As eleições de 2014 elegeram o Congresso mais reacionário desde 1964, e com isso a sinalização clara de uma instabilidade política, além de uma conjuntura de enfrentamento a ordem reacionária no Brasil. [↑](#footnote-ref-3)
4. A Plataforma está disponível em: <http://ecosol.dieese.org.br/> [↑](#footnote-ref-4)
5. Plano Pluri Anual, incidência feita pelo movimento de economia solidária em 2014 para garantir recursos do orçamento para a Economia Solidáriaa.a [↑](#footnote-ref-5)
6. Desvirtuamento significa distorção de um fato, depreciar, tomar mau sentido das ocorrências, deturpar. [↑](#footnote-ref-6)
7. O Projeto de Lei dos Mestres Griôs trata da valorização e reconhecimento do saber do saber popular através do apoio e fomento aos mestres e mestras das comunidades populares, que produzem e guardam tradições e culturas independentes do tempo, das políticas partidárias e economia. Este projeto ainda se encontra em tramitação. [↑](#footnote-ref-7)
8. Termo utilizado pela participante para dizer que muitas trabalhadoras e trabalhadores contratados são como cabide de emprego. [↑](#footnote-ref-8)
9. Acesse o documento-final da V Plenária Nacional de Economia Solidária - <http://e.eita.org.br/vplenaria>. Maiores informações sobre este tema acesse - Eixo 3 – Organicidade; Item 4.2.1 – Da Natureza, p.98. [↑](#footnote-ref-9)
10. Aqui citado como exemplo, foi o candidato Arnaldo Jordy do PPS. [↑](#footnote-ref-10)
11. Sobre este Programa acesse GOERCK, Carolina. **Programa de Economia em Desenvolvimento**: sua contribuição para a viabilidade das experiências coletivas de geração de trabalho e renda no Rio Grande do Sul. Porto Alegre – PUCRS, 2009. - Disponível em: <http://www.fbes.org.br/biblioteca22/tese_caroline.pdf> [↑](#footnote-ref-11)
12. V Plenária Nacional de Economia Solidária, realizada de 09 a 13 de dezembro de 2012 em Luziânia, Goiás, cuja temática foi **Economia Solidária: bem viver, cooperação e autogestão para um desenvolvimento justo e sustentável**. . [↑](#footnote-ref-12)
13. A perspectiva refletida foi de pensar a relação de território, tentando identificar neste sentido o que seriam os territórios da economia solidária. Foi acrescido no debate que os territórios da economia solidária seriam os locais onde se aglutinam uma rede ou cadeia de empreendimentos de econômicos solidários. [↑](#footnote-ref-13)
14. Acesse em: <http://migre.me/tW1xG> [↑](#footnote-ref-14)
15. Acesse em: <http://www.pge.pa.gov.br/files/LO7309.pdf> [↑](#footnote-ref-15)
16. Acesse em: <http://www.al.ac.leg.br/leis/wp-content/uploads/2014/09/Lei2119.pdf> [↑](#footnote-ref-16)
17. Acesse em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7358.htm> [↑](#footnote-ref-17)
18. Acesse em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2012/Lei/L12690.htm> [↑](#footnote-ref-18)
19. Apenas o Estado do Amazonas terminou o conteúdo do Plano Estadual de Economia Solidária. Porém, os Estados que atualmente estão com condições de levar a frente a questão, devido a estrutura no Estado são: Acre, Pará e Tocantins. [↑](#footnote-ref-19)
20. Foi realizada uma leitura do documento-final da V Plenária Nacional de Economia Solidária, p. 110. [↑](#footnote-ref-20)